

EOL Serra das Vacas Holding S.A. e Controladas

Informações Financeiras Intermediárias Individuais
e Consolidadas Referentes ao Trimestre findo em
30 de Junho de 2017 e Relatório sobre a Revisão
de Informações Financeiras Intermediárias

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
EOL Serra da Vacas Holding S.A. e Controladas
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da EOL Serra da Vacas Holding S.A. e Controladas ("Companhia") referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas..

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

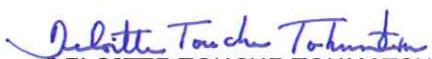
Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das informações financeiras intermediárias.

Outros assuntos

O exame do balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2016 e a revisão das informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria e relatório de revisão sem modificações, datados de 28 de março de 2017 e 27 de julho de 2016 respectivamente.

São Paulo, 31 de julho de 2017


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3

2017-SPO-3230 VF.docx

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

FÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora				Consolidado			
		Seis Meses		Três Meses		Seis Meses		Três Meses	
		30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
RECEITA LÍQUIDA	16	-	-	-	-	30.478	39.404	14.826	14.111
CUSTO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	17	-	-	-	-	(16.888)	(17.109)	(7.846)	(8.696)
LUCRO BRUTO		-	-	-	-	13.590	22.295	6.980	5.415
DESPESAS OPERACIONAIS									
Despesas gerais e administrativas	18	(623)	(402)	(228)	(251)	(1.785)	(4.224)	(808)	(1.023)
Equivalência patrimonial	7	(4.304)	(2.266)	(2.281)	(5.084)	-	-	-	-
(PREJUÍZO) LUCRO OPERACIONAL		(4.927)	(2.668)	(2.509)	(5.335)	11.805	18.071	6.172	4.392
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	19	(5.567)	(2.101)	(2.999)	(902)	(21.054)	(21.616)	(11.090)	(10.198)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(10.494)	(4.769)	(5.508)	(6.237)	(9.249)	(3.545)	(4.918)	(5.806)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes	21	-	(18)	-	(18)	(1.245)	(1.242)	(590)	(449)
PREJUÍZO DO PERÍODO		(10.494)	(4.787)	(5.508)	(6.255)	(10.494)	(4.787)	(5.508)	(6.255)
Número de ações integralizadas - em milhares		194.566	183.066	194.566	183.066	194.566	183.066	194.566	183.066
Prejuízo por ação, básico e diluído (em Reais - R\$)		(0,0539)	(0,02615)	(0,0283)	(0,03417)	(0,05394)	(0,02615)	(0,02831)	(0,03417)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora e Consolidado			
	Seis Meses		Três Meses	
	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(10.494)	(4.787)	(5.508)	(6.255)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>(10.494)</u>	<u>(4.787)</u>	<u>(5.508)</u>	<u>(6.255)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total consolidado</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	183.066	(1.315)	181.751
Prejuízo do período	-	(1.242)	(1.242)
SALDOS EM 30 DE JUNHO 2016	<u>183.066</u>	<u>(2.557)</u>	<u>180.509</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total consolidado</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	192.355	(18.696)	173.659
Prejuízo do período	-	(10.494)	(10.494)
SALDOS EM 30 DE JUNHO 2017	<u>192.355</u>	<u>(29.190)</u>	<u>163.165</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo do período	(10.494)	(6.256)	(10.494)	(6.256)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	-	-	11.361	5.225
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	3.784	-	16.524	7.010
Apropriação de custos sobre empréstimos	-	-	67	-
Encargos financeiros sobre mútuos	236	-	236	-
Rendimentos de cauções e depósitos vinculados	-	-	(576)	-
Resultado de equivalência patrimonial	4.304	2.266	-	-
Baixa de ativo imobilizado	-	-	64	-
Variação de ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber	-	-	(6)	5.522
Impostos e contribuições a recuperar	(1)	8	(260)	(25)
Outros ativos	205	(234)	35	22
Fornecedores	(790)	(6)	(1.506)	(3.224)
Obrigações trabalhistas	-	-	(13)	(33)
Obrigações tributárias	(171)	(2)	2.088	(593)
Outros passivos	-	-	16	-
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(2.927)	(4.224)	17.536	7.648
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(857)	-	(11.995)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-	(469)	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(3.784)	(4.224)	5.072	7.648
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Resgate de depósitos vinculados	-	-	1.110	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.920	2.818	-	-
Aquisição imobilizado	-	-	-	(6.574)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	3.920	2.818	1.110	(6.574)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captação de mútuos	166	914	166	914
Captação de Debêntures	-	-	-	295
Amortização de principal - empréstimos e financiamentos	-	-	(4.509)	-
Amortização de principal - debêntures	(293)	-	(293)	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(127)	914	(4.636)	1.209
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9	(492)	1.546	2.283
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
Saldo inicial	2	1.164	2.358	3.738
Saldo final	11	672	3.904	6.021
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9	(492)	1.546	2.283

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EOL SERRA DAS VACAS HOLDING S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia denominada Eólica Serra das Vacas Holding S.A., com tipo jurídico "Sociedade por Ações" de capital fechado, está sediada à Av. Brigadeiro Faria Lima, 1931, 7º andar, sala 4, Jardim Paulistano, CEP. 01452-910, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto a participação direta nas seguintes sociedades por ações, denominadas Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A.

A Eólica Serra das Vacas Holding S.A. foi instituída conforme Ata da Assembleia de Constituição da Sociedade por Ações datada em 31 de agosto de 2015.

Em 30 de junho de 2017, os passivos circulantes da Companhia excederam o total dos seus ativos circulantes no montante de R\$262 na controladora e R\$ 13.974 no consolidado (R\$1.326 na Controladora e R\$15.595 mil no consolidado em 31 de dezembro de 2016). A Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes refere-se às obrigações contraídas com o BNDES para o financiamento da construção das unidades geradoras enquanto que as contas a receber refletem apenas parte da receita advinda da venda de energia. A expectativa da Administração é que a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelos contratos de venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia e de suas controladas.

2. ENTIDADES DO GRUPO

2.1. Sociedades controladas

A Companhia possui participações em outras sociedades, com forma jurídica de constituição única, possuindo o controle das demais. O objeto social é predominantemente a exploração de serviços no ramo de energia elétrica por fonte eólica.

A relação das sociedades controladas, com suas denominações sociais e as respectivas participações em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão demonstradas a seguir:

	Potência instalada em kW	Garantia física em kW médio	30/06/2017	31/12/2016
Eólica Serra das Vacas I S.A.	23.920	12.200	100%	100%
Eólica Serra das Vacas II S.A.	22.295	9.900	100%	100%
Eólica Serra das Vacas III S.A.	22.235	11.000	100%	100%
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	<u>22.295</u>	<u>10.500</u>	100%	100%
	<u>90.745</u>	<u>43.600</u>		

As empresas controladas, Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A., tem sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo e os parques eólicos instalados no município de Paratama, Estado de Pernambuco. As controladas operaram em fase de testes até o fim do exercício de 2015. Em janeiro de 2016, as Controladas iniciaram suas atividades comerciais.

2.2. Contrato de concessão

As controladas, através das portarias do Ministério de Minas e Energia nº234 de 29 de maio de 2014, nº 240 de 30 de maio de 2014, nº 251 de 4 de junho de 2014 e nº263 de 6 de junho de 2014, posteriormente atualizadas pelas resoluções autorizativas 5534, 5535, 5536 e 5537, de 27 de outubro de 2015, foram autorizadas à estabelecerem-se como Produtoras Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica.

Os contratos de autorização têm vigência de 35 anos, contados a partir da publicação das portarias anteriormente referidas. Adicionalmente, não há cláusulas de renovação automática ou pagamento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente ao término das Autorizações.

2.3. Comercialização de energia

Dentre as obrigações das controladas, destaca-se a obrigatoriedade de firmar Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCAR, conforme termos do Edital de leilão 09/2013, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em 28 de novembro de 2014, as controladas assinaram os CCEARs, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, através do leilão 09/2013, promovido pela ANEEL, com as respectivas distribuidoras de energia. Toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada será comercializada por um prazo de 20 (vinte) anos, com início do período de suprimento a partir de 1 de janeiro de 2016. O resumo das principais informações referentes ao leilão está descrito no quadro abaixo:

Empreendimento	Energia anual contratada em MW médio	Preço contratado (R\$/MW)	Início	Término	Índice de correção	Mês da atualização
Eólica Serra das Vacas I S.A.	12,2	122,88	Jan/2016	Dez/2035	IPCA	Janeiro
Eólica Serra das Vacas II S.A.	9,9	122,88	Jan/2016	Dez/2035	IPCA	Janeiro
Eólica Serra das Vacas III S.A.	11,0	122,88	Jan/2016	Dez/2035	IPCA	Janeiro
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	<u>10,5</u>	122,88	Jan/2016	Dez/2035	IPCA	Janeiro
	<u>43,6</u>					

2.4. Riscos das operações

a) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" da região estar entre as melhores do nordeste brasileiro, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apresentação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes relativas às informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

a) Base de elaboração

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A elaboração das informações financeiras intermediárias em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis devido às circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativa são: (a) vida útil estimada do imobilizado e intangível, (b) provisão para riscos e processos judiciais, (c) provisão para custos socioambientais, (d) provisão para custos de desmobilização de ativos e (e) provisão para recuperação dos ativos. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

b) Moeda de apresentação das informações financeiras intermediárias

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em moeda nacional (Real), que é a moeda funcional da Companhia.

c) Base de consolidação

As políticas contábeis e as informações financeiras intermediárias de controladas são incluídas nas informações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das Controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Os investimentos em controladas são contabilizados na controladora através do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as informações financeiras intermediárias consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir. Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação de investimentos em controladas, resultados de equivalência patrimonial, provisão para perdas em operações de controladas, dividendos a receber e a distribuir e créditos e débitos relativos a transações entre as sociedades consolidadas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas, quando aplicável.
- Eliminação dos lucros não realizados, quando aplicável.
- Cálculo das participações de não controladores com base na proporção de participação dos quotistas não controladores no patrimônio líquido de cada sociedade consolidada, destacadas em linha específica nas demonstrações financeiras consolidadas.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, cujos valores não superam os valores de mercado, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis mensurados pelo custo amortizado, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

3.3. Instrumentos financeiros - Ativos

a) Classificação

A Companhia e suas Controladas classificam seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- i) Mensurados ao valor justo através do resultado e
- ii) Empréstimos e recebíveis.

A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Nestas demonstrações financeiras, a Companhia e suas Controladas possuem os seguintes instrumentos financeiros:

i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

ii) Empréstimos e Recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial.

A Companhia e suas Controladas não operam com derivativos e também não aplicam a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (hedge accounting).

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia e suas Controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como valor justo por meio do resultado. Os custos das transações dos ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado (destinados à negociação) são reconhecidos no resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas Controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem.

c) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Impairment de ativos financeiros

Ativos negociados ao custo amortizado

A Companhia e suas Controladas avaliam no fim de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos registrados no resultado do exercício somente quando há evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e suas Controladas utilizam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por recuperação incluem:

- i) Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

3.4. Instrumentos financeiros - Passivos

a) Classificação

A Companhia e suas Controladas classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias:

- i) Mensurados ao valor justo através do resultado: Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Outros ganhos e perdas", na demonstração do resultado.

- ii) Outros passivos financeiros: são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, esse método é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes no decurso normal das atividades da Companhia e suas Controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Incluem os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada e não faturada, inclusive a comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para redução ao valor recuperável, se necessária

3.6. Estimativa para créditos de liquidação duvidosa

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam incorrer na cobrança destes créditos.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e suas Controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

3.7. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

A depreciação dos ativos, é calculada usando método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, de acordo com as taxas de depreciação definidas pela ANEEL (regulador). A Administração entende que essas taxas representam a vida útil econômica estimada dos ativos das controladas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

3.8. Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (servidões) não são amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de redução de seu valor líquido recuperável.

Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em 5 anos.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, representados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e seu valor líquido contábil, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.9. Provisões para perdas por recuperação em ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

3.10. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

3.11. Debêntures, empréstimos e financiamentos

As debêntures e os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos pagos na assinatura dos contratos das debêntures e empréstimos e financiamentos são reconhecidos como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

As debêntures e os empréstimos e financiamentos são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.12. Reconhecimento de receita

a) Receita de comercialização de energia

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia e suas Controladas reconhecem a receita quando:

- i) O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii) É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e
- iii) Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas, conforme descrição a seguir.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia e suas Controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações dos contratos.

A Companhia e suas Controladas reconhecem as receitas de vendas de energia no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia e suas Controladas, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios.

Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A mensuração dos impostos diferidos ativos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos.

Regime de tributação do imposto de renda e contribuição social nas Controladas

Conforme facultado pela legislação tributária, as Controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

3.14. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de geração de energia elétrica fonte renovável eólica.

3.15. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para exercícios contábeis anuais futuros. Não houve adoção antecipada das normas, e a Companhia está avaliando as alterações, embora não espere impactos relevantes.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Data da adoção a partir de:</u>
IFRS 9/CPC48 – Instrumentos Financeiros (a)	01/01/2018
IFRS 15/ CPC47 – Receita de Contratos com Clientes (a)	01/01/2018
IFRS 16 – Operação de Arrendamento Mercantil (b)	01/01/2019

(a) A adoção antecipada não é permitida pelo CPC

(b) Não há um pronunciamento equivalente a IFRS 16 emitido pelo CPC

As demais alterações mandatórias para demonstrações financeiras, com início em 1º de janeiro de 2017, não foram listadas acima devido à sua não-aplicação ou à sua imaterialidade para a Companhia.

4. CAIXA E QUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Caixa	-	-	-	4
Depósitos bancários	11	2	1.713	2.345
Aplicações Financeiras (*)	-	-	2.191	9
	<u>11</u>	<u>2</u>	<u>3.904</u>	<u>2.358</u>

(*) Refere-se a aplicações financeiras com rendimentos de 75% do Certificado de Depósito Interbancário, com liquidez imediata e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	30.06.2017	31.12.2016
Suprimento de energia elétrica	6.656	6.650

A abertura dos saldos de contas a receber pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	Consolidado	
	30.06.2017	31.12.2016
A vencer	6.656	6.650

As controladas da Companhia mantêm contratos de venda de energia para as concessionárias de distribuição no mercado regulado. A Administração estabelece políticas de crédito que visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência.

6. DEPÓSITOS VINCULADOS

	Consolidado	
	30.06.2017	31.12.2016
Certificado de depósito bancário - CDB	13.160	13.694

Referem-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta por ao menos 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o período findo em 30 de junho de 2017, os rendimentos médios foram de 98,93% do CDI (98,38% do CDI para o período findo em 30 de junho 2016).

Saldo correspondente ao valor necessário para perfazer, no mínimo, o montante equivalente a 3 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida do empréstimo com o BNDES mencionado na Nota Explicativa nº 12.

7. INVESTIMENTOS

As informações financeiras das controladas estão apresentadas a seguir:

a) Informações sobre as controladas

Empreendimentos	30.06.2017			Prejuízo do Período
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	
Eólica Serra das Vacas I S/A	138.734	(98.288)	(40.446)	(1.892)
Eólica Serra das Vacas II S/A	126.439	(81.711)	(44.728)	(800)
Eólica Serra das Vacas III S/A	126.559	(81.914)	(44.645)	(598)
Eólica Serra das Vacas IV S/A	131.599	(87.055)	(44.544)	(1.014)
	<u>523.331</u>	<u>(348.968)</u>	<u>(174.363)</u>	<u>(4.304)</u>

31.12.2016

Empreendimentos	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo Do Exercício
Eólica Serra das Vacas I S/A	141.552	(99.215)	(42.337)	(5.986)
Eólica Serra das Vacas II S/A	128.861	(83.333)	(45.528)	(2.322)
Eólica Serra das Vacas III S/A	126.869	(83.626)	(45.243)	(2.431)
Eólica Serra das Vacas IV S/A	134.034	(88.475)	(45.559)	(2.153)
	533.316	(354.649)	(178.667)	(12.892)

Movimentação do investimento em controladas

Empreendimentos	Saldo Inicial	Equivalência Patrimonial	Saldos Finais
Eólica Serra das Vacas I S/A	42.338	(1.892)	40.446
Eólica Serra das Vacas II S/A	45.528	(800)	44.728
Eólica Serra das Vacas III S/A	45.243	(598)	44.645
Eólica Serra das Vacas IV S/A	45.558	(1.014)	44.544
	178.667	(4.304)	174.363

8. IMOBILIZADO

a) Imobilizado em curso

	Consolidado 30/06/2017							
	Terreno	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	A ratear	Desenvolvimento de projeto	Adiantamento a fornecedores	Material depósito	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.865	72.066	372.525	69.079	2.350	4.400	-	522.285
Aquisições	-	9.464	357	886	-	-	1.071	11.778
Baixas	-	-	-	-	-	(3.849)	-	(3.849)
Transferências	(1.865)	(81.530)	(372.882)	(69.965)	(2.350)	(551)	-	(529.143)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-	1.071	1.071
Saldo em 30 de junho de 2016	-	-	-	-	-	-	1.071	1.071

b) Imobilizado em serviço

	Consolidado 30/06/2017					
	Terreno	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículo	Móveis e utensílios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	45	178	281
Aquisições	1	-	-	298	-	300
Transferências	1.886	83.923	443.305	-	-	529.143
Depreciações	-	(2.804)	(19.869)	(37)	(7)	(22.717)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.887	81.119	423.779	141	81	507.007
Baixas	-	-	-	(64)	-	(64)
Depreciações	-	(1.411)	(9.936)	(5)	(3)	(11.355)
Saldo em 30 de junho de 2017	1.887	79.708	413.843	72	78	495.588
Segregado em:						
Custo	1.887	83.923	443.653	138	94	529.695
Depreciação acumulada	-	(4.215)	(29.810)	(66)	(16)	(34.107)
	1.887	79.708	413.843	72	78	495.588
Vida útil média - em anos	-	30,5	19,5	7,0	16,0	
Taxa média de depreciação - em %	-	3,27	5,13	14,29	6,25	

9. INTANGÍVEL

	Consolidado		
	Servidões	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.586	43	1.629
Aquisições	-	4	4
Baixas	(12)	-	(12)
Amortização	-	(8)	(8)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.574	39	1.613
Amortização	-	(6)	(6)
Saldos em 30 de junho de 2017	1.574	33	1.607
Segregado em:			
Custo	1.574	61	1.635
Amortização acumulada	-	(28)	(28)
	1.574	33	1.607
Vida útil média - em anos	35	5	-
Taxa média de depreciação - em %	2,85	20	-

10. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2017	31.12.2016
Fornecedores de materiais e serviços	52	842	3.840	5.346

As contas a pagar de fornecedores incluem obrigações a pagar de bens ou serviços que foram adquiridos no decorrer da construção e custos de manutenção após a entrada dos parques em operação.

11. DEBÊNTURES

O Conselho de Administração da Eólica Serra das Vacas Holding S.A aprovou, em 9 de setembro de 2016, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas series. Para a 1º serie foram emitidas 23.000 (vinte e três mil) e na 2º serie 45.000 (quarenta e cinco mil), totalizando 68.000 (sessenta e oito mil) debêntures, com valor Nominal Unitário de R\$ 1.000 (um mil reais), totalizando, na data de emissão, o Valor Total da Emissão de R\$ 68.000 (sessenta e oito milhões de reais).

A 1º série está sendo amortizado em 24 (vinte e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2016 e juros de 8,37% ao ano + IPCA. Os montantes foram liberados à Companhia ao longo de dezembro de 2016.

A 2º serie será amortizada em 25 (vinte e cinco) parcelas semestrais e consecutivas com a 1º parcela devida em 15 de julho de 2018 e juros de 8,5818% ao ano + IPCA. Os montantes foram liberados à Companhia ao longo de dezembro de 2016.

Os recursos líquidos captados em 14 de dezembro de 2016 foram destinados a investimentos nas investidas: Eólica Serra das Vacas I S.A, Eólica Serra das Vacas II S.A, Eólica Serra das Vacas III S.A, Eólica Serra das Vacas IV S.A.:

	Controladora e Consolidado	
	30.06.2017	31.12.2016
Principal e juros incorridos	68.646	66.041
(-) Custo de transação a amortizar	<u>(6.521)</u>	<u>(6.549)</u>
	<u>62.126</u>	<u>59.492</u>
Segregado entre:		
Circulante	476	774
Não circulante	<u>61.650</u>	<u>58.718</u>
	<u>62.126</u>	<u>59.492</u>

A movimentação do período é conforme segue:

	R\$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2016	59.492
Juros incorridos	3.784
Amortização de juros	(857)
Amortização de principal	<u>(293)</u>
Saldo em 30 de junho de 2017	<u>62.126</u>

A escritura de emissão de debêntures prevê cláusulas de vencimento antecipado. Destacamos abaixo a cláusula que diz respeito a índices financeiros:

- a) Não atingimento pela Companhia de Índice de Cobertura do Serviço da dívida – ICSD de 1,20, sendo que (i) o ICSD será considerado como cumprido apenas caso esteja no intervalo entre 1,10 e 1,20 e sejam depositados recursos de complementação do ICSD, de forma que o ICSD somado aos recursos complementares seja 1,20, conforme metodologia prevista na escritura e (ii) o ICSD estará descumprido caso seja inferior a 1,10. O ICSD será apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras anuais e condições detalhadas na escritura das debêntures a partir do exercício a findar em 31 de dezembro de 2017.

As debêntures contam com as garantias reais resumidas abaixo:

- a) Penhor em primeiro grau de todas as ações da Companhia e quaisquer benefícios associados à essas ações;
- b) Penhor em primeiro grau de todas as ações das investidas da Companhia e quaisquer benefícios associados à essas ações;
- c) Penhor em primeiro grau dos equipamentos de propriedade das investidas;
- d) Cessão fiduciária pela Companhia dos recursos depositados na conta de pagamento das debêntures, na conta reserva especial Holding e na conta de complementação do ICSD, bem como direitos creditórios decorrentes dos contratos de mútuo celebrados e a serem celebrados entre as controladas e a Companhia;
- e) Cessão fiduciária pelas controladas dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de comercialização de energia no ambiente regulado e de quaisquer outros contratos ou receitas das controladas.

As debêntures apresentam garantias fidejussórias resumidas abaixo:

- a) Fianças das controladas que se obrigam, solidariamente entre si e com a Controladora, na qualidade de fiadoras e codevedoras solidárias, pelo fiel, integral e pontual pagamento das obrigações garantidas;
- b) Fianças bancárias até que seja observado o "Completion" físico e financeiro do projeto, conforme condições previstas na escritura.

As debêntures das controladas emitidas em 2015, foram liquidadas durante o exercício de 2016.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As controladas da Companhia adquiriram um financiamento, com o Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, composto, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), destinado à implantação do Complexo Eólico Serra das Vacas. Os créditos destinados às controladas com data final de amortização em 15 de julho de 2032:

	Consolidado	
	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
BNDES	273.869	276.776
(-) Custo de transação a amortizar	<u>(1.760)</u>	<u>(1.827)</u>
	<u>272.109</u>	<u>274.949</u>
Segregado entre:		
Circulante	18.904	18.553
Não circulante	<u>253.205</u>	<u>256.396</u>
	<u>272.109</u>	<u>274.949</u>

O saldo do empréstimo está sendo pago em 192 prestações mensais com vencimento dia 15 de cada mês pelo período de 15 de agosto de 2016 a 15 de julho de 2032. O principal é atualizado por TJLP + 2,45% ao ano e os juros incidentes sobre o período de carência do contrato deverão ser acrescidos ao seu principal.

Foram dadas como garantias do referido contrato, ações da Eólica Serra das Vacas Holding S.A.; Ações das empresas Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A.; cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de receita e recebíveis futuros das beneficiárias além de máquinas e equipamentos que compõem os parques de geração do Complexo Eólico Serra das Vacas.

As controladas tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial; apresentação ao BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Dentre as obrigações das beneficiárias, está a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, até 30 de maio de cada ano, referentes ao exercício anterior, durante a vigência do contrato.

Por fim, note-se que o empréstimo em questão prevê cláusula de vencimento antecipado referente ao não atingimento pela Companhia de Índice de Cobertura do Serviço da dívida – ICSD de 1,20, descrito na nota explicativa nº11, acima.

A movimentação do período é conforme segue:

	<u>R\$ mil</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	274.949
Amortização de principal	(4.509)
Amortização de juros	(11.138)
Juros incorridos	12.740
Apropriação de custos de transação	<u>67</u>
Saldo em 30 de junho de 2017	<u>272.109</u>

A Companhia atua como interveniente nos contratos de empréstimos supracitados e deu, em garantia, as ações das controladas emitidas em sua titularidade.

Adicionalmente, não há contratos de empréstimos em nome da Companhia.

13. ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL DE CONTROLADAS- AFAC

As necessidades de caixa das controladas mantidas pela controladora são suportadas por meio de aportes realizados pelos quotistas com recursos próprios e na proporção de suas participações e registrados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC).

Tais aportes são realizados em sua maioria por meio de depósito na conta corrente bancária da respectiva controlada, com o objetivo de custear as obras previstas a serem concretizadas, até que o fluxo de caixa de cada uma das referidas controladas seja positivo.

A Companhia avalia anualmente a necessidade de registro de aumento de capital das SPES com base nos saldos de AFAC, compostos a seguir:

	Controladora	
	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Eólica Serra das Vacas I S.A.	23.260	23.757
Eólica Serra das Vacas II S.A.	13.886	15.072
Eólica Serra das Vacas III S.A.	14.036	15.267
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	<u>18.963</u>	<u>19.969</u>
	<u>70.145</u>	<u>74.065</u>

14. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, com base nos pareceres emitidos pelos assessores legais, não houve necessidade de registro e/ou divulgação de contingências.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1. Capital social

Em 30 de junho de 2017, e 31 de dezembro de 2016, o capital social integralizado é no montante de R\$192.355 mil, dividido em 194.566.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme segue:

	Controladora			
	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Quantidade de ações	%
Acionistas:				
PEC Energia S.A.	98.101	98.101	99.228.660	51%
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	94.254	94.254	95.337.340	49%
	<u>192.355</u>	<u>192.355</u>	<u>194.566.000</u>	

Todos os aumentos de capital com emissões de ações ocorridas durante o 2016 foram deliberados e aprovados em Assembleia Geral do Extraordinária.

15.2. Reserva legal

Constituída com 5% do lucro do exercício antes de outras destinações e limitada a 20% do capital social.

15.3. Dividendos

A distribuição de dividendos se dá com base em 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976.

16. RECEITAS LÍQUIDAS

	Consolidado			
	Seis Meses		Três meses	
	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016
Suprimento de energia elétrica	31.764	40.905	15.456	14.612
(-) Deduções das receitas	(1.286)	(1.501)	(630)	(501)
	<u>30.478</u>	<u>39.404</u>	<u>14.826</u>	<u>14.111</u>

17. CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado			
	Seis Meses		Três Meses	
	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016
Energia comprada para revenda	1.235	-	-	-
Depreciação e amortização	11.361	10.449	5.682	5.225
Despesa com pessoal	484	1.257	249	695
Serviços de terceiros	1.872	2.650	987	1.165
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	1.332	1.124	662	572
Arrendamentos e alugueis	396	464	144	213
Outros	208	1.165	122	827
	<u>16.888</u>	<u>17.109</u>	<u>7.846</u>	<u>8.696</u>

18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora			
	Seis Meses		Três Meses	
	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016
Seguros	226	206	102	101
Serviços de terceiros	390	188	122	151
Outros	7	8	4	-1
	<u>623</u>	<u>402</u>	<u>228</u>	<u>251</u>

	Consolidado			
	Seis Meses		Três Meses	
	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016
Despesa com pessoal	252	575	103	300
Seguros	226	206	102	206
Serviços de terceiros	1.300	3.226	600	430
Outros	7	217	3	87
	<u>1.785</u>	<u>4.224</u>	<u>808</u>	<u>1.023</u>

19. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora			
	Seis Meses		Três Meses	
	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	<u>2</u>	<u>149</u>	<u>2</u>	<u>12</u>
	2	149	2	12
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(3.784)	-	(1.737)	-
Comissão fiança	(866)	-	(541)	-
Juros sobre mútuos	(237)	(2.250)	(43)	(914)
Outras	<u>(682)</u>	<u>-</u>	<u>(680)</u>	<u>-</u>
	(5.569)	(2.250)	(3.001)	(914)
Resultado financeiro, líquido	<u>(5.567)</u>	<u>(2.101)</u>	<u>(2.999)</u>	<u>(902)</u>

	Consolidado			
	Seis Meses		Três Meses	
	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	789	187	399	11
Outras	<u>64</u>	<u>1</u>	<u>6</u>	<u>1</u>
	853	188	405	12

	Consolidado			
	Seis Meses		Três Meses	
	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(16.524)	(15.221)	(7.945)	(6.736)
Comissão fiança	(3.942)	(4.278)	(2.518)	(2.857)
Juros sobre mútuos	(236)	(2.250)	(43)	(914)
Outras	(1.205)	(55)	(989)	(297)
	<u>(21.907)</u>	<u>(21.804)</u>	<u>(11.495)</u>	<u>(10.210)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(21.054)</u>	<u>(21.616)</u>	<u>(11.090)</u>	<u>(10.198)</u>

20. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos, assim como as transações que influenciaram o resultado, relativas às operações com partes relacionadas são decorrentes de transações com empresas relacionadas e profissionais-chave da Administração.

20.1. Contratos de Mútuo

Com base nas condições normais de mercado, apresentamos a seguir os respectivos saldos de mútuos ativos e passivos:

	Controladora e consolidado	
	30.06.2017	31.12.2016
PASSIVO		
CHESF	9.554	9.274
PEC Energia	9.877	9.755
	<u>19.431</u>	<u>19.029</u>

Referem-se a mútuos entre a Companhia e suas controladoras, atualizados pelo IPCA, com possibilidade de conversão em aumento de capital até 31 de dezembro de 2017.

20.2. Remuneração da diretoria

O pessoal-chave da Administração inclui diretores. A remuneração paga por serviços de administradores no semestre findo em 30 de junho de 2017 foi no montante de R\$234 (R\$256 no semestre findo em 30 de junho de 2016).

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Abaixo está demonstrada a reconciliação do imposto de renda e da contribuição social correntes, debitados ao resultado do exercício nas demonstrações financeiras consolidadas.

	Consolidado			
	Seis Meses			
	30.06.2017		30.06.2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receitas - suprimento de energia elétrica	31.764	31.764	40.905	40.905
Alíquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	2.541	3.812	3.272	4.909
Outras receitas a adicionar à base de cálculo	853	853	47	47
Base de cálculo	3.394	4.665	3.319	4.956
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Subtotal	(509)	(419)	(497)	(446)
Adicional de IRPJ	(317)	-	(299)	-
Despesas com IRPJ e CSLL	(826)	(419)	(796)	(446)

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos nas quais os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A companhia não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas relacionadas a esses instrumentos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora			
	Hierarquia de valor justo	Classificação	30.06.2017	31.12.2016
ATIVOS				
Caixa e equivalente de caixa	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	11	2
PASSIVOS				
Fornecedores	Nível 2	Outros passivos financeiros	52	842
Debentures	Nível 2	Outros passivos financeiros	62.126	59.492
Partes relacionadas	Nível 2	Outros passivos financeiros	19.431	19.029
	Consolidado			
	Hierarquia de valor justo	Classificação	30.06.2017	31.12.2016
ATIVOS				
Caixa e equivalente de caixa	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	3.904	2.358
Contas a receber	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	6.656	6.650
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	13.160	13.694
PASSIVOS				
Fornecedores	Nível 2	Outros passivos financeiros	3.840	5.346
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Outros passivos financeiros	272.109	274.949
Debentures	Nível 2	Outros passivos financeiros	62.126	59.492
Partes relacionadas	Nível 2	Outros passivos financeiros	19.431	19.029

b) Valor justo

Não existem diferenças entre os valores de mercado e os valores registrados na contabilidade para os ativos e passivos financeiros.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituição de primeira linha.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

Em 30 de junho de 2017, os passivos circulantes da Companhia excederam o total dos seus ativos circulantes no montante de R\$262 na controladora e R\$13.974 mil no consolidado (R\$1.326 na Controladora e R\$15.595 mil no consolidado em 31 de dezembro de 2016). A Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes refere-se às obrigações contraídas com o BNDES para o financiamento da construção das unidades geradoras enquanto que as contas a receber refletem apenas parte da receita advinda da venda de energia. A expectativa da Administração é que a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelos contratos de venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia e de suas controladas.

e) Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Companhia incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que estão sujeitos.

f) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

g) Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimo e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia e suas controladas estão expostas na data de encerramento do período.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando as taxas/índices vigentes na data das demonstrações financeiras, e ainda outros cenários de deterioração (instrumentos financeiros ativos) ou apreciação (instrumentos financeiros passivos) em 25% e 50% sobre o cenário provável.

Os valores-base para o cenário provável são:

- IPCA – acumulado últimos 12 meses: 2,99%;
- TJLP: 7,00%;
- CDI – acumulado últimos 12 meses: 12,85%.

Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Controladora e do Consolidado, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

Controladora	30/06/17	Índice ao ano	Cenários		
			Provável	(25%)	(50%)
Debêntures	(62.126)	IPCA+8,5%	(7.138)	(8.923)	(10.707)
Partes relacionadas	(19.431)	IPCA	(581)	(726)	(871)
	<u>(80.927)</u>		<u>(7.719)</u>	<u>(9.649)</u>	<u>(11.579)</u>
Consolidado	30/06/2017	Índice ao ano	Cenário		
			Provável	(25%)	(50%)
Debêntures	(62.126)	IPCA+8,5%	(7.138)	(8.923)	(10.707)
Empréstimos e financiamentos	(272.109)	TJLP+2,45%	(25.714)	(32.143)	(38.571)
Partes relacionadas	(19.431)	IPCA	(581)	(726)	(871)
Depósitos vinculados	13.160	CDI	1.691	1.268	846
	<u>(340.506)</u>		<u>(31.742)</u>	<u>(40.524)</u>	<u>(49.303)</u>

23. SEGUROS (*)

Objeto	Controladora e Consolidado			
	Importância segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Responsabilidade civil geral	10.000	19/11/2016	19/11/2017	Controladora e controladas
Riscos operacionais – Parque eólico das investidas	120.000	19/11/2016	19/11/2017	Controladas

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

24. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, foram aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 31 de julho de 2017.

